

# O conceito de Região e a construção de um espaço nacional nas entrelinhas do capital

Ricardo Santos de Almeida<sup>1</sup>

**RESUMO:** Esta discussão tem como intuito compreender a Região como categoria analítica da Geografia respeitando-se suas características conceituais. Neste sentido, tem-se como complementação a discussão referente as intencionalidades do desenvolvimentismo regional no Brasil fomentado pelo modo de regulação do Estado a partir de um conjunto de leis, valores e hábitos construídos a partir do regime de acumulação primitiva do capital. Esta afirmativa reforça-se a partir da regionalização que tem como intuito a defesa pela propriedade privada fortalecendo a partir da luta de classes a visão institucionalista que promove de modo precário e insipiente a articulação econômica dos locais frente ao crescente anseio pelo lucro e expansão do capital.

**PALAVRAS-CHAVE:** Região. Geografia. Desenvolvimento Regional.

**ABSTRACT:** This discussion has the intention to understand the region as an analytical category of Geography respecting their conceptual characteristics. In this sense, it is meant to supplement the discussion regarding the intentions of the regional developmentalism in Brazil encouraged by the mode of regulation of the state from a set of laws, values and habits built from the scheme of primitive accumulation of capital. This statement is reinforced from the regionalization that has the intention to strengthen advocacy for private property from the class struggle institutionalist vision that promotes precariously and incipient economic front articulation of the growing local desire for profit and capital expansion.

**KEYWORDS:** Region. Geography. Regional Development.

## INTRODUÇÃO

Para iniciar esta discussão têm-se como intuito compreender o significado de espaço para aprofundarmos a categoria analítica da Geografia denominada Região. Para tal, torna-se necessário enfatizar que será através do processo de organização e produção humana que é realizada a prática da regionalização. Este processo tem como intuito atender aos anseios do modo de produção vigente que para espacializar-se no Brasil articulou um processo consistente de acumulação primitiva que se compreende a partir do estudo referente a Formação Econômica e Social brasileira, tal como frisa Andrade (2004, p. 15). Contudo, os aspectos econômicos baseiam-se inicialmente pela extração de recursos naturais e

---

<sup>1</sup> Mestre em Geografia na Universidade Federal de Sergipe. Professor do curso Geografia Licenciatura EaD na Universidade Federal de Alagoas/Universidade Aberta do Brasil (UFAL-UAB) e pesquisador do Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais (NUAGRÁRIO-IGDEMA-UFAL), ricardosantosal@gmail.com.

posteriormente a instalação da produção de *commodities* que serviram para a exportação e fortalecimento econômico e social da metrópole Portugal.

É essencial destacar que todo projeto de desenvolvimento promove um novo tipo de homem, um novo tipo de trabalhador que deverá produzir mais e em massa. Neste sentido, no processo de acumulação primitiva destaca-se o escravo não apenas como mercadoria, mas também como força motriz do processo de desenvolvimento de algumas áreas do país.

Nesta discussão teórica têm-se também como intuito compreender a ideia de espaço para assim adentrarmos e focarmos em região enquanto categoria analítica da Geografia deixando bem claro que o ato de regionalizar tem como intuito recortar áreas tendo com base elementos específicos para estudo e análise dentre os quais se destacam a busca pela compreensão dos aspectos políticos, econômicos ou sociais de uma dada realidade. Sendo assim, difere-se da compreensão de região que tem como intuito compreender os rebatimentos de um espaço-momento articulado que levam em consideração contextos histórico, sociais, políticos e suas articulações a partir de aspectos escalares que permitam ao pesquisador compreender realidades efetivas a partir dos vínculos estabelecidos entre grupos ou sujeitos envolvidos em uma análise como afirma Haesbaerth (2010. p. 196).

Para começo de conversa o conceito de espaço geográfico trás consigo elementos inconclusos em si próprios. Estes elementos tendem a se complementar considerando-se que a ciência geográfica é una e não separada como ainda persistem em fazê-la em Geografia Física e Geografia Humana. A dita acumulação desigual dos tempos traz consigo a expressão visível e perceptível da (re)estruturação social e inclusas nesta suas ações e suas sujeições, bem como superações. Ora, para alguns este conceito é carregado apenas de conteúdo discursivo essencialmente humano, porém, se analisarmos em sua essência, este discurso anteriormente digitado nos permite a seguinte reflexão: como e onde podem se ocorrer esta acumulação de tempos? Dar-se-ia esta por si só, somente pela influência das ações humanas? Logo, tudo faz parte de uma interpretação sistemática, pois não estamos flutuando no espaço geográfico.

O que se percebe é que a ciência geográfica precisa ser repensada num coletivo que regate a real essência geográfica e esta está inclusa no ideário, mas qual seria este ideário? Antes de pensarmos neste ideário, é preciso compreender qual é o método essencialmente geográfico e como conduzi-lo na busca por um debate coerente que leve em consideração o aporte reflexivo sobre a relação sociedade-natureza cada vez mais sujeita às teias do capital inviabilizando o processo de compreensão sobre a identidade do povo brasileiro incluso na volatilidade do processo sociometabólico incluso na produção, na distribuição, na circulação e no consumo dos bens e serviços produzidos para atender as necessidades de retroalimentação

do capital. Neste sentido, respondem às perguntas a tentativa de fragmentar o poder político e econômico através da prática da regionalização, pois a estrutura do Estado se modificará a partir do modo como se dará o regime de acumulação e dos aspectos tempo-espacial vigente às épocas em que foram desenvolvidos respondendo também às novas organizações e produções humanas. Denotam também a possibilidade de destruição da concepção de homem e sua condição humana o tornando mais subserviente as tramas e enredos promovidos pelo capital.

## **ESPAÇO E REGIÃO: DIÁLOGOS**

Embora a concepção de Região ao longo da evolução do conhecimento geográfico tenha ganhado conotações que abarcaram consigo um rigor teórico e metodológico com o intuito máximo da busca pela compreensão das problemáticas ocorridas em recortes do espaço geográfico percebe-se a introspecção sobre o que de fato esta categoria deve se debruçar e discutir.

Compreende-se que devemos a priori realizar algumas considerações, dentre as quais devemos nortear nossos estudos a partir da compreensão sobre os meios de produção e seus rebatimentos considerando em nossos estudos a terra inclusa no processo de mercantilização, ou seja, como ela é tornada mercadoria inclusa em si as questões que envolvem marcos regulatórios jurídicos da propriedade privada que possibilitam através do dinheiro investimentos que podem capitalizar-se em investimentos financeiros que promovem a desarmonia nas áreas de um dado espaço geográfico. Questiona-se neste caso o papel do estado, este ora fruto de uma estruturação capitalista criado pela relação socialmente posta numa formação econômica e social não apenas representante incondicional dos interesses políticos e econômicos, mas também como força motriz das políticas públicas reordenando territórios com o intuito de amortizar conflitos de classe configurando o estado como articulador e repressor das classes sociais.

Em primeiro lugar devemos considerar a instauração de problemáticas que nos proporcione uma análise mais coerente do que estamos vislumbrando estudar. Concomitantemente a um posicionamento teórico nós geógrafos devemos nos perceber neste processo enquanto sujeitos partícipes das relações interacionais deste espaço socialmente produzido e organizado por meio de sujeições às estruturas de poder e ideologias que estão diretamente associadas à produção capitalista.

Neste sentido, nos propomos discutir o espaço do geógrafo na compreensão do mundo indissociável, complexo, relacional e essencialmente cooptado por relações de poder que se dão por meio de articulações ideológicas que fomentam as ditas necessidades socioterritoriais. Para tal, visa-se a compreensão sobre qual Geografia queremos enquanto ciência, qual(is) métodos ela deve abarcar, se há problemáticas e relações que essencialmente são geográficas e principalmente como a organização e (re)produção espacial nos proporciona novos horizontes na discussão sobre nosso campo de pesquisa – o espaço geográfico para além do ultrajante popularmente aclamado receptáculo de ações fixas e fluxas.

Com ênfase nestas proposições devemos repensar sistematicamente como nós possuidores do saber essencialmente geográfico associaram em nossos discursos os discursos de outros que só nos tendem a reforçar nossa participação à margem das ciências.

A mistificação do conceito de espaço se perpassa no dito projeto diferenciado de evolução da ciência geográfica que traz consigo elementos considerados empíricos que fortalecem visões epistemológicas distintas. Neste sentido é salutar identificarmos a influência do fator localização como fundamental para a desestruturação na reestruturação do conceito de espaço geográfico como comumente conhecemos hoje.

## **A EVOLUÇÃO DA CATEGORIA REGIÃO: CONCEITO COMPLEXO**

Lencioni (1996) analisa através da evolução da ciência geográfica os fundamentos e epistemologias da categoria Região e os elementos condicionantes para sua evolução. Neste sentido compreendem-se como forças motrizes para a compreensão desta categoria os movimentos filosóficos e artísticos que garantiram novas visões sobre o pensar o mundo e a natureza dentre os quais destacamos como o iluminismo, idealismo, renascimento, iluminismo, possibilismo e determinismo, necessários para a compreensão das transformações sócio-espaciais durante o século XIX que influenciaram o desenvolvimento da categoria geográfica supracitada, a primeiro momento, ainda sem transformações radicais pós-Segunda Guerra Mundial.

Mesmo provando que alguns elementos exaltados em alguns movimentos supracitados recebem influências filosóficas anteriores a Cristo como explana Lencioni (1996, p. 84) a relação de causa e efeito analisada por Aristóteles, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento científico sob influência das transformações sócio-espaciais são lembrados quando são sistematizados os elementos que motivaram a um esfacelamento da Geografia a

subdividindo em inúmeras Geografias. No caso do Renascimento deixa claro que o movimento visava criticar as ditas “ações divinas” exaltando a capacidade humana para intervir em algumas questões, como por exemplo, melhorar a produção. Quanto ao Iluminismo destaca a importância da descrição e comprovação dos fatos que possibilitam generalizações. Lencioni (1996) critica o Positivismo como condicionante a entender as relações entre os fatos, além destes elementos frisa principalmente o ato da observação, experimentação, explicação, deduções que geralmente ainda são utilizados na Geografia Contemporânea como métodos de pesquisa. Resgata-se por meio do Idealismo alemão, através da influência de Kant na ciência geográfica, a defesa do espaço como seu fundamento para a percepção sensível do mundo e seus objetos.

Para explicar seu pensamento sobre a evolução da Região Lencioni (1996) realiza um resgate a destacando como gênero de vida nos estudos entre os séculos XVIII e XIX, deixando claro que sistematizou sua reflexão embasando-se na leitura Kantiana consistindo no ato de repensar a organização de idéias e o modo como a pesquisa e o entendimento sobre a funcionalidade da região a partir da relação homem e natureza.

Lencioni (1996) ainda reflete sobre o apoio do Estado francês e alemão às associações científicas na conquista de novos povos, bem como expansão de domínios. Em outro momento histórico exacerba como paulatinamente o Estado. Outro exemplo destacado é a Revolução Industrial, no século XVIII, que faz desenvolver no mundo uma corrida por novos modos e meios de exploração da natureza bem como gera novas relações sociais.

Resgatam-se acontecimentos históricos que marca a ciência geográfica influenciados por ideologias e interesses específicos e que conseqüentemente mudam a estrutura das categorias de análise das ciências. Destaca o determinismo como primordial para entender como se sistematizava o entendimento sobre Região enquanto Natural para ressaltar os porquês de apenas algumas regiões serem classificadas como desenvolvidas.

Lencioni (1996, p. 81) destaca como Ratzel aproveitou-se do determinismo para afirmar que a organização social e política alemã, bem como européia estavam acima de outras no mundo. Segue-se criticando o pensamento determinista alegando que o pensamento de Spencer, sobre a seleção natural, no liberalismo não ocorreria de fato, como algo simplesmente dependente de fenômenos e elementos naturais, mas sim do capital, produto do homem.

Lencioni (1996, p. 86) sistematiza descritivamente as relações ora dualistas ora complementares entre Humboldt (defendia a interpretação de fenômenos através das ligações/relacionamentos entre os elementos) e Ritter (que defendia uma visão geral, através

das causas e efeitos, do mundo através da Geografia e a Região como um de seus elementos) rompem as generalizações descritas sobre os lugares e não ignoram possíveis relações entre fenômenos existentes entre lugares diferentes.

Explicando o movimento que impulsionou a influência da Geografia francesa no Brasil, insere no desenvolvimento de uma Geografia brasileira a categoria Região ainda com feições que visavam o entendimento dos gêneros de vida, inicialmente através de suas características estritamente “naturais”. Indaga-se através de reflexões de Claval quanto a monotonia causada pela crescente quantidade de pesquisas sobre locais diferentes e que no decorrer dos anos tornou a categoria estagnada por não conseguirem estudar algo a mais devido ao desenvolvimento e expansão populacional para outros locais do mundo.

Corrêa (2000) analisa a Região na Geografia Teórica, enfatizando a utilização das técnicas estatísticas incluindo aspectos classificatórios e sua descrição para revelar regiões na Terra com o intuito de considerar a objetividade máxima envolvendo elementos internos diferenciados minimamente, permitindo a compreensão metodológica que permite ao pesquisador o estabelecimento de alguns critérios, ou seja, a região se formando a partir da combinação de elementos. Estabelece nesta, critérios de divisão regional: no primeiro um único critério ou variável condiciona o estudo; no segundo realiza um recorte maior a fim de identificar mais especificidades. No caso das regiões homogêneas e funcionais no modo de produção capitalista não há como utilizá-las devido a exclusão e falta de análise aprofundada tornando o estudo muito pobre.

Corrêa (2000) esquematiza em seu estudo sobre região a divisão lógica como sugestão metodológica dando a conotação das pesquisas com caráter dedutivo, ou seja, do geral para o individual, onde acreditamos que se complique a análise, pois existirá uma infinidade de elementos que serão analisados. Sugere ainda sob a perspectiva teórica as sínteses sucessivas, que se dão de modo indutivo, do individual para o geral, favorecendo a identificação das especificidades locais e analogias entre lugares. Quanto a Geografia Crítica, Corrêa (2000) aborda como a ruptura na Geografia favoreceu um novo olhar para a categoria Região que decorrerá a partir da análise partindo do materialismo histórico e dialético marxista na década de 1970.

Como destaque principal sugere-se a esta nova análise regional está na não homogeneização sócio-espacial no modo de produção capitalista, pois cada lugar se diferencia por constituir-se em momentos históricos únicos, mas que se compartilham ora em redes estando inclusas as relações de poder fomentando também as desigualdades. Chama atenção quanto ao papel do Estado enquanto agente regionalizador e que não deve deter-se apenas a

usar a categoria Região como exclusivamente voltada à prática do planejamento e desenvolvimento, mas sim pode ser usada como suporte.

## **A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO NACIONAL PELA REGIONALIZAÇÃO?**

Góes Filho (2010) propõe repensarmos os modos de regionalização do Brasil, a partir de Regiões Geoeconômicas – onde as atividades econômicas serão os fatos preponderantes para a divisão de áreas; Regiões segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que ressalta a participação da maioria da população no desenvolvimento sócio-espacial de um país; não esquecendo as Regiões pautadas na divisão oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que divide o país mediante os aspectos físicos, sociais e econômicos, ou seja, a partir da regionalização.

A Formação Econômica e Social brasileira é retratada desde os tempos de colônia de exploração. Posteriormente é explicado como ocorre o processo de incentivos à plantação de *commodities*, tais como o cacau, a cana-de-açúcar, algodão, café e borracha. Sendo, assim, cada um desses produtos incentivam um processo singular de formação econômico social em cada recorte do Espaço Geográfico brasileiro, para além do crescimento ou retração populacional.

Como ocorre o processo de regionalização brasileira? Esta é condicionada pela Formação Econômica e Social específica de cada lugar? Góes Filho (2010, p. 5) ressalta essa divisão regional homogênea adotada pelo IBGE, pautadas inicialmente nos aspectos físicos e socioeconômicos e posteriormente enfatizando um estudo mais aprofundado em regiões geoeconômicas.

Ao pontuar os fatos históricos em escalas processuais Góes Filho (2010) enfatiza os fatores que fomentaram o real desenvolvimento regional no Brasil desde os primórdios, a partir da espacialização e molecularização da produção agrícola. Além deste detalhe, encontra-se como base deste processo a articulação comercial inicialmente dependente de Portugal e Inglaterra e posteriormente a partir das relações de interdependência regional, do Brasil já (in)dependente, ainda sob imposição da espacialização produtiva extremamente agrícola e ressalta o processo de êxodo rural como fator primordial na concentração de terra:

- **Entre 1500 e 1930:** Início das primeiras relações comerciais do Brasil com o mundo, intermediado pela metrópole Portugal. Entre os Séculos XVI a XVIII as relações sociais se pautavam no regime escravista de trabalho, onde os escravos eram submissos aos poucos membros das oligarquias canavieira,

cacaueira e cafeeira. Nos Séculos XIX a XX (basicamente entre 1888 a 1930) com o fim do regime escravocrata e com o incremento de novos capitais estrangeiros há a necessidade de condicionar o Brasil a tornar-se cada vez mais industrializado. Este processo se pauta com ênfase na atual Região Centro-Sul (regionalização em regiões Geoeconômicas) através do redirecionamento do investimento de capitais oriundos da oligarquia cafeeira, a primeiro momento. Ainda neste século, começa a surgir a divisão inter-regional do trabalho condicionada pelo início da diversificação econômica, e também a atração de imigrantes nas regiões Sul e Sudeste brasileiro incrementando a singularidade “progressista” das regiões sob o pretexto de serem mão-de-obra mais especializada. Contudo, esse longo recorte espaço-temporal firma o Brasil como tardio no processo de industrialização;

- **Entre 1930 e 1950:** Durante a década de 1930 o Brasil inicia um processo de controle da imigração. Nas regiões Sul e Sudeste as atividades econômicas são diversificadas implicando na atração populacional de outras regiões brasileiras, principalmente o Nordeste em crescente êxodo rural, servindo como mão-de-obra na indústria, comércio e serviços, uma vez que os imigrantes, mesmo em condições insalubres de permanência nas fazendas, principalmente as cafeeiras, conseguiram investir em outros setores da economia. Há ainda neste período incentivos para a ocupação do oeste brasileiro, especificamente na década de 1940;
- **Entre 1950 e 1960:** O ápice das migrações internas condicionado essencialmente pelo crescimento da indústria nas regiões Sul e Sudeste brasileiro e a construção de Brasília, novamente absorvendo a mão-de-obra dos nordestinos. Implementação de Superintendências Regionais de Desenvolvimento em cada região geoeconômica (Centro-Sul, Nordeste, Amazônia) como tentativa de incrementar a política econômica;
- **Entre 1960 a 1970:** Ocupação de pontos mais isolados da Amazônia, sob o intuito de proteger e reconhecer a fronteira, desconectada das demais regiões do Brasil. Ainda neste recorte, estão inclusas a nova atração de capitais estrangeiros e mesmo em plena ditadura militar;

- **Entre 1970 a 1980:** Atração populacional para os Estados Rondônia e Roraima condicionada pela garimpagem, e novamente a população nordestina é impulsionada a migrar e “avançar” a ocupação no cerrado amazônico;
- **Entre 1980 a 2000:** O país no início da década de 1980 condiciona-se como um Brasil emigrante, cuja parcela populacional arriscava-se de modo legal e ilegal a trabalhar em outros países favorecidos pela difusão do meio técnico-científico-informacional. Além disso, outro fator preponderante é a descentralização da concentração das maiores empresas instaladas nas regiões Sul e Sudeste motivadas por ações estatais envolvendo desde incentivos fiscais, melhor infraestrutura nos modais de transporte conectando cada vez mais o país sob políticas multimodais, expansão da fronteira agrícola – impulsionando os complexos agroindustriais, aumento dos custos devido a valorização do solo urbano nas regiões Sul-Sudeste. A migração brasileira continua associada, ainda, a fatores econômicos, porém, realçada de modo sazonal, dependendo no aumento da demanda de produtos, prestação de serviços e a geração de empregos no comércio.
- **Entre 2000 a 2010:** São estimuladas por meio de políticas públicas a distribuição de renda entre a população bem como são desenvolvidas estratégias que promovem por meio de financiamentos e investimentos a instalação de indústrias em diversas partes do país novamente estabelecendo através de parcerias entre a iniciativa pública e privada via financeirização assume a abertura econômica de produtos estrangeiros bem como a circulação de investimentos nos setores de serviços e manufaturas reforçando o movimento de retroalimentação promovido pelo Consenso de Washington formulado no final da década de 1980 onde o trabalho, serviços e soberanias são suprimidos.

Ao resgatar aspectos como renda, escolaridade e expectativa de vida, mensurados, como novos elementos para uma regionalização em nível global utilizam-se o ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano, em nível mundial em:

- Países de Muito Alto Desenvolvimento Humano;
- Países de Alto Desenvolvimento Humano, destacando-se na 75ª posição, o Brasil;

- Países de Médio Desenvolvimento Humano; e
- Países de Baixo Desenvolvimento Humano.



Figura 1. Divisões Regionais.

Fonte: Blog Geografalando (2013).

Ao abordar a regionalização sob ênfase Geoeconômica, Góes Filho (2010, p. 9) relaciona a diferenciação singular como um dos condicionantes para a criação de novos Estados brasileiros pautados em diferentes interesses e ideologias, bem como a proposta miltoniana que surge a partir da teoria e método sobre o meio técnico-científico-informacional desenvolvendo junto a Maria Laura Silveira (ver figura 1) uma proposta de regionalização. Enquanto Regiões Geoeconômicas destaca-se na análise a População Economicamente Ativa (PEA) e a distribuição de renda no Brasil com base em dados de 2001 do IBGE:

- **Região Centro-Sul:** Possui 60% da população brasileira; está localizado próximo a países que junto ao Brasil formam o bloco econômico Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); possui maior integração inter-regional pautada nos complexos agroindustriais favorecendo uma política multimodal e

multimodal; cinco regiões metropolitanas; está em processo de descentralização econômica e repulsa populacional;

- **Região Nordeste:** Possui 30% da população brasileira; está em processo de desenvolvimento condicionado a partir de incentivos fiscais e instalação de empresas e indústrias (especialmente a de bens intermediários) antes instaladas na Região Centro-Sul e elevado refluxo populacional.
- **Região Amazônica:** Mesmo não constando no texto, deduz-se que a possui 10% da população brasileira; recebeu incentivos estatais para desenvolver-se, em especial no final da década de 1960, com a instalação da Zona Franca de Manaus como tentativa de ampliar o mercado de trabalho, não sendo cobrados nesta, impostos sobre importação de produtos estrangeiros; e ainda há como estratégia principal a defesa das fronteiras através da atração populacional.

Góes Filho (2010, p. 10) encerra sua análise a partir do entendimento sobre a nova configuração do processo migratório no Brasil, caracterizado essencialmente através da mobilidade espacial da população, ora pendulares (envolvendo a relação capital e trabalho – onde os habitantes de uma cidade se deslocam da periferia ao centro e do centro para a periferia), ora transumância (onde, em geral, trabalhadores sazonalmente mediante a produção agrícola ou aumento na demanda de serviços e comércio aumentam, deslocam-se para áreas distantes de sua origem, retornando no fim de um período).

Percebe-se que a dita estruturação de um espaço nacional a partir da regionalização a partir do discurso de um estado desenvolvimentista que ao promover estratégias para o fortalecimento das políticas públicas ocorrerem garantam a reorganização de espaços tidos outrora como improdutivos adotando novas configurações territoriais para atender aos anseios do capital negando-se investimentos reais rompendo-se com o ideário de investimentos para produção, ou seja, desrespeitando-se as potencialidades locais, pois não haveria controle dos fluxos de capitais pelo estado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora estas discussões se enveredem essencialmente pela leitura de teóricos com ênfase em vivências e pensamentos sistêmicos sobre minhas práticas, acredito ser essencial pensarmos de modo coletivo e participativo, pois assim sendo reduziremos a falta de

compartilhamento de ideias, e seus respectivos respeitos, bem como reforçaremos caso não assim façamos, a esquizofrenia da ciência geográfica recaindo cada vez mais em reducionismos epistemológicos que maximizem sua reprodução enquanto ciência que está a margem, bipolar em si mesma, dependente de outras ciências e subserviente ao planejamento do primeiro território e seus rebatimentos a partir de sua usurpação pelas firmas que fomentam a desestruturação do espaço geográfico por meio de suas velhas/novas organizações.

Neste sentido compreendo que esta discussão torna-se salutar devido ao momento de reflexão que o Brasil vivencia, ou seja, novas visões e posturas de pensamento, com ênfase na luta por acesso a melhores condições de vida, de dignidade e acima de tudo de conhecer um conhecimento que vise contribuir para a redução das mazelas instauradas pelo capitalismo que é nada mais, nada menos que uma construção social, ou seja, não faz parte da dita primeira natureza, mas a transformou tornando-se semelhante as características psicológicas da humanidade em suas qualidades mais ríspidas e incongruentes em si magnética negativa atrativa do positivismo, ou quem sabe que teime reforçar determinismos aos quais muitos ainda na ciência geográfica a tendem reduzir, em meras descrições e menos compreensões sobre as relações interativas de cada recorte do espaço geográfico.

Acreditamos que o caminho essencial para a ciência geográfica é tomar partido para um verdadeiro método essencialmente geográfico e este deve levar em consideração nossas práticas de vivência, interação com nossos objetos de estudo e contribuam para desmascarar as mazelas em que vivemos desnudando regiões em suas multiescalaridades nos viabilizando uma libertação dos paradigmas reducionistas que teimam em insistir na Geografia enquanto ciência que estuda o que está acima da superfície terrestre esquecendo-se que o que está abaixo e acima tem conexões e estas nos viabilizam a compreensão melhor elaborada dos conceitos e temas a serem estudados e analisados.

## **REFERÊNCIAS**

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do Território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2. ed., 2004.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. A política nacional de desenvolvimento regional: da “letra da lei” ao sentido do texto. **Revista Políticas Públicas**. São Luis, v. 16. n. 1., p. 37-50, jan./jun. 2012. Disponível em:

<<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1175>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região: Um Conceito Complexo. In.: **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 2000. 7. ed. p. 32-50.

GEOGRAFALANDO. **Espaço Geográfico Brasileiro**: Regionalização. Disponível em: <<http://geografalando.blogspot.com.br/2013/04/espaco-geografico-brasileiro.html>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

GÓES FILHO, José Pinto. A Construção de um Espaço Nacional. In.: **Geografia**. 11 p. 2010.  
HAESBAERTH, Rogério. **Regional-Global**: Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 208 p.

LENCIONI, Sandra. “A Geografia Como Ciência e a Região como Objeto de Estudo”. In: **“Região e Geografia”**. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 73-115.